Anúncio n.º 8047-AZ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Sofia Rodrigues, do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 335/96.5TBBC, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando da Silva Araújo, filho de João Fernandes de Araújo e de Albina da Silva Pereira, natural de Barcelos, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Março de 1972, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10166752, com domicílio no Edifício Doma I, 1.º, esquerdo, Arcozelo, 4750 Barcelos, por se encontrar acusado da prática de um crime de omissão de assistência material à família, previsto e punido pelo artigo 30.º, n.º 2, 78.º, n.º 5 e 197.º, n.º 2, do Código Penal de 1982 e nos artigos 30.º, n.º 2, 79.º e 250.º, do Código Penal, de 1995, praticado em 2 de Fevereiro de 1994, por despacho de 14 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

20 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia Rodrigues*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Lomba*.

Anúncio n.º 8047-BA/2007

A juíza de direito, Dr.ª Sofia Rodrigues, do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 10410/02.3TBBC, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim José Ferreira Magalhães, filho de Abel Joaquim Teixeira de Lima e de Ana Paula Ferreira Magalhães, natural de Esposende, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Janeiro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11748309, com domicílio na Rua Azevedo Coutinho, 10, Fão, 4740 Esposende, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, por despacho de 9 de Maio de 2007, praticado em 27 de Abril de 2001, por despacho de 14 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

20 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia Rodrigues*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Lomba*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BEJA**Anúncio n.º 8047-BB/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Ana Reis Baptista, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 19/00.ITABJA, pendente neste Tribunal contra o arguido Martinho José de Almeida Caramelo, filho de António da Silveira Caramelo e de Maria Cecília de Assunção Almeida, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Novembro de 1959, casado, titular do bilhete de identidade n.º 5207577, com domicílio na Casal Garcia Mogo, Ladeira do Pinheiro, Meia Via, 2350 Torres Novas, o qual foi condenado por sentença de 25 de Setembro de 2003, transitada em julgado em 10 de Outubro de 2003, pela prática de dois crimes de descaminho ou destruição de objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, praticado em 29 de Outubro de 1999 em 120 dias de multa à taxa diária de 4,00 euros, que perfaz o montante global de 480,00 euros, por despacho de 14 de Setembro de 2007 é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter certidões de nascimento, registos criminais ou passaporte, artigo 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal.

23 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Reis Baptista*. — A Escrivã-Adjunta, *Odete Sousa*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO BOMBARRAL**Anúncio n.º 8047-BC/2007**

O juiz de direito, Dr. Bruno Rechen, do Tribunal da Comarca do Bombarral, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 343/03.1GABBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Kiriliv Boris, filho de Kiriliv Oleg e de Kiriliv Oksana, natural de Ucrânia, de nacionalidade ucraniana, nascido em 1 de Janeiro de 1985, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, com domicílio na Rua Salvador Carvalho Santos, 7, Pó, 2540 Bombarral, ao qual foi fixada a medida de coacção de termo de identidade e residência, a prestar nos termos do artigo 196.º, do Código de Processo Penal, pela prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 2 de Dezembro de 2003, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

14 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Rechen*. — O Escrivão-Adjunto, *José Júlio Celas Fernandes*.

Anúncio n.º 8047-BD/2007

O juiz de direito, Dr. Bruno Rechen, do Tribunal da Comarca do Bombarral, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 307/03.5GABBR, pendente neste Tribunal contra o arguido António Manuel dos Santos Ribeiro, filho de Florentino Ribeiro de Pinho e de Maria Adelaide Ferreira dos Santos, natural de Pigeiros, Santa Maria da Feira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Novembro de 1967, viúvo, titular do bilhete de identidade n.º 9429307, com domicílio em Além do Rio, Pigeiros, 4520 Santa Maria da Feira, ao foi fixada a medida de coacção de termo de identidade e residência, a prestar nos termos do artigo 196.º do Código de Processo Penal, pela prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Julho de 2003, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

16 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Rechen*. — O Escrivão-Adjunto, *José Júlio Celas Fernandes*.

Anúncio n.º 8047-BE/2007

O juiz de direito, Dr. Bruno Rechen, do Tribunal da Comarca do Bombarral, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 470/04.8GTTVD, pendente neste Tribunal contra o arguido Dmytro Stetskuy, filho de Stetskuy Ivan e de Stetska Anna, de nacionalidade ucraniana, nascido em 15 de Maio de 1980, casado, titular do passaporte n.º 786981, com domicílio na Estrada Municipal, Porta 28, Campelos, 2530-397 Lourinhã, o qual foi acusado, pela prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 7 de Março de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos,